

Institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

  **Vanessa Battestin**

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

vanessa@ifes.edu.br

  **Miguel Fabrício Zamberlan**

Instituto Federal de Rondônia (IFRO), São Miguel do Guaporé, Rondônia, Brasil

miguel.zamberlan@ifro.edu.br

  **Constantino Dias da Cruz Neto**

Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

constantino.neto@ifmt.edu.br

  **Luis Otoni Meireles Ribeiro**

Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

luisribeiro@ifsul.edu.br

  **Paulo José Evaristo da Silva**

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), São João da Boa Vista, São Paulo, Brasil

pauloevaristo@ifsp.edu.br

Resumo: Este artigo visa discutir a institucionalização da Educação a Distância (EaD) na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT). Por meio de uma pesquisa documental e pela análise de dados quanti-qualitativa, os resultados indicam crescimento expressivo desse movimento frente aos desafios, como o financiamento sustentável e a redefinição de indicadores de avaliação. Contudo, ainda são necessários esforços, tanto estruturais quanto normativos, para sua consolidação.

Palavras-chave: Educação a Distância; Institucionalização; Educação Profissional

Institutionalization of Distance Education in the Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education

Abstract: This article aims to discuss the institutionalization of Distance Education (DE) within the Federal Network of Professional and Technological Education in Brazil. Through documentary research and a quantitative-qualitative data analysis, the results indicate its significant growth in the face of challenges such as sustainable funding and the redefinition of evaluation indicators. However, additional efforts, both structural and regulatory, are still required for its full consolidation.

Keywords: Distance Education; Institutionalization; Professional Education.

Institucionalización de la Educación a Distancia en la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la institucionalización de la Educación a Distancia (EaD) en la Red Federal de Educación Profesional y Tecnológica en Brasil. Los resultados de una investigación documental y del análisis de datos cuantitativos y cualitativos indican un crecimiento significativo de la EaD frente a desafíos como el financiamiento sostenible y la redefinición de los indicadores de evaluación, más se requieren esfuerzos adicionales.

Palabras clave: Educación a Distancia; Institucionalización; Educación Profesional.

Recebido em: 19/08/2024

Aceito em: 29/10/2024

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) pode ser considerada, atualmente, como uma resposta transformadora às demandas por acesso inclusivo e flexível à educação. A trajetória da EaD na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) remonta de meados dos anos 2000, quando iniciativas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (Brasil, 2006) e a Rede e-Tec Brasil (e-Tec) (Brasil, 2011) foram concebidas para enfrentar desafios de acesso educacional em regiões remotas e urbanas desfavorecidas. No entanto, a partir de 2014, esses programas tiveram considerável redução de recursos, impactando na oferta de cursos a distância pelas instituições públicas em todo território nacional. Por outro lado, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado naquele mesmo ano pela Lei n. 13.005/2014 (Brasil, 2014), determinava diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, muitas das quais dificilmente seriam atingidas sem a modalidade a distância.

Algumas instituições perceberam a necessidade de se iniciar um processo de "institucionalização da EaD", para continuarem a oferta de cursos a distância e para apoio aos cursos presenciais com o uso de tecnologias, mesmo quando não houvesse fomento externo ou quando este estivesse reduzido. Conforme Battestin *et al.* (2018), ações nesse sentido foram iniciadas e produziram um grande impulso para muitas instituições, que também experimentaram dificuldades a partir de 2014, sobretudo, pela escassez de investimento. Outro grande impulso foi ocasionado pela pandemia da COVID-19, a partir de 2020, cujas medidas de isolamento social exigiram a realização de aulas remotas. Nesse momento ficou claro que as instituições mais avançadas na institucionalização tiveram um processo menos traumático para implementação das medidas acadêmicas, capacitação de profissionais e alunos e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação.

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024b), em 2023 foram registradas, na RFEPCT, quase 800 mil matrículas em cursos na modalidade a distância, o que corresponde a 46% das cerca de 1,7 milhões de matrículas nesse ano. Outra importante constatação é que, ao longo dos anos, a RFEPCT tem aumentado muito a oferta de cursos a distância próprios, sem a dependência de fomento para subsidiá-la, bem como a EaD tem evoluído de uma abordagem complementar para uma abordagem de educação híbrida. Isso demonstra a necessidade de políticas e ações com vistas a

fortalecer ainda mais a institucionalização da modalidade na Rede Federal, que vem assumindo seu protagonismo na oferta de uma educação a distância forte, consolidada e socialmente referenciada.

O caminho rumo à institucionalização da EaD é um processo que demanda esforço e investimento da instituição e do governo e traz diversos desafios, tais como: formação contínua da equipe; implementação de sistemas robustos de suporte tecnológico e infraestrutura digital; necessidade de normatização da distribuição de carga horária docente, visando contemplar atividades inerentes à EaD; metodologias específicas para a modalidade a distância num contexto sem fomento externo; novos modelos de financiamento sustentável; estruturação dos núcleos gestores de EaD; indicadores, entre outros.

Na RFEPCT, diversas ações relativas à institucionalização da EaD têm sido realizadas, desde 2010, por meio de grupos de trabalho específicos (GT) instituídos pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e também com representação em outros grupos de trabalho como da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Secretaria de Educação Superior (Sesu). O histórico das ações desses grupos de trabalho consta no e-book de Diretrizes para Educação a Distância da RFEPCT - módulo Histórico (Battestin; Zamberlan, 2019a) e são aqui apresentadas resumidamente na seção 2. Outras importantes ações e resultados constam no módulo Estrutural (Battestin; Zamberlan, 2019b), no módulo Ações 2021-2022 (Battestin *et al.*, 2023), em relatórios, artigos publicados em eventos e revistas e no canal do GT de EaD no *Youtube*. Um resumo dessas ações é apresentado na seção 3.

Os trabalhos realizados pelas diferentes constituições dos GTs de EaD do Conif e seus materiais elaborados têm servido de base para as instituições da RFEPCT avançarem no processo de institucionalização da EaD, algo que tem sido evidenciado nos levantamentos realizados, que visam conhecer o retrato da institucionalização da EaD na RFEPCT. A seção 4 traz um resumo dos levantamentos realizados pelo GT de EaD nos anos de 2016, 2018, 2021 e 2023.

Entretanto, há ainda muito a se fazer em termos de institucionalização da EaD. As recentes mudanças de normas, legislações e mesmo alguns posicionamentos institucionais e governamentais nem sempre estão na mesma direção que as necessidades, trazendo novos desafios.

Este artigo tem, então, o objetivo de apresentar e discutir a Institucionalização da EaD na Rede Federal de EPCT, bem como as ações necessárias, preocupações, limitações e visão de futuro. Para

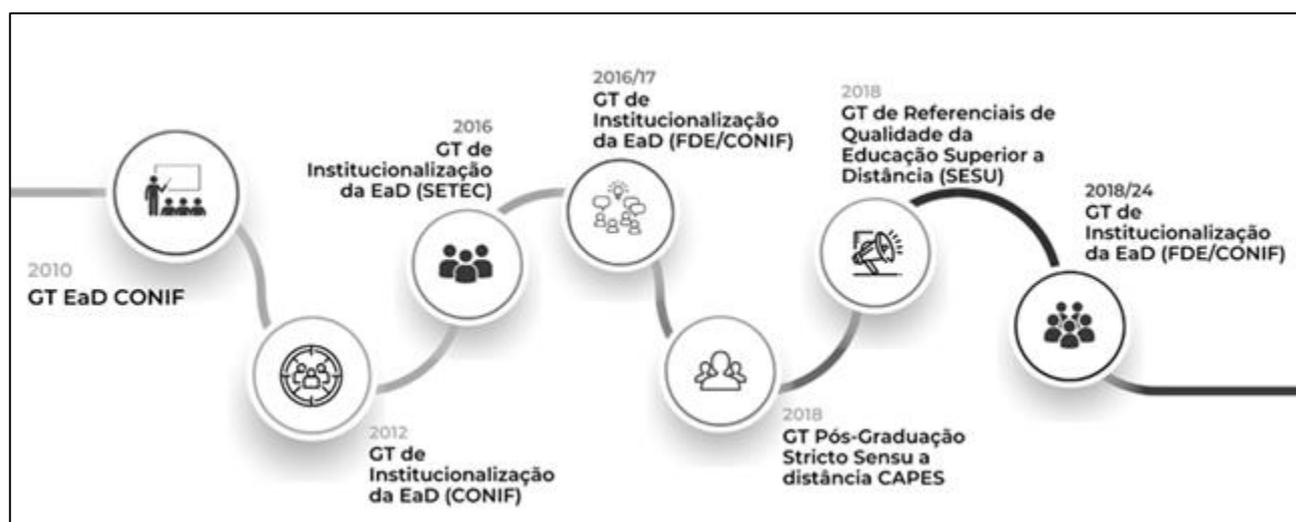
tanto, fez-se uso de pesquisa documental, no que tange às ações do GT de EaD do Conif, e da análise de dados quanti-qualitativa, relativa aos levantamentos realizados pelo mesmo GT, conforme explicitado com propriedade na seção 4.

2 HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EaD NA RFEPCCT

A organização da EaD, bem como o surgimento da UAB em 2006, são etapas anteriores ao nascimento dos Institutos Federais, em 2008. Percebe-se, assim, a constante necessidade de orientações e diretrizes para as instituições da RFEPCCT de forma a avançarem na estruturação e consolidação da Educação a Distância, em especial no processo de institucionalização (Battestin; Zamberlan, 2019a).

Nesse sentido, os GTs de EaD (Figura 1) têm realizado diversas contribuições desde sua primeira criação em 2010. Em 2019, o GT publicou um *e-book* intitulado “Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo histórico” que trouxe as anotações sobre os resultados alcançados, de forma que este trabalho resgata os principais pontos a partir desses relatos (Battestin; Zamberlan, 2019a).

Figura 1 – Principais GTs de EaD do Conif ou em que tenha participado



Fonte: GT de Institucionalização da EaD FED/Conif (2018/2019).

A criação do GT de EaD pelo Conif em 2010 foi um marco significativo para a educação da RFEPCCT no Brasil. Sob a coordenação do Dr. Denio Rebello Arantes, então reitor do Instituto Federal

do Espírito Santo (IFES), o grupo foi composto por uma equipe multidisciplinar de especialistas de diversos Institutos Federais. O objetivo principal era desenvolver um documento de referência que orientasse as práticas de EaD nos Institutos Federais, abordando desde modelos organizacionais até recursos tecnológicos necessários para a implementação eficaz da EaD.

Em 2012 foi criado um GT de Institucionalização da EaD dentro do Fórum de Dirigentes de Ensino (Fde) do Conif, o que gerou uma proposta de estrutura organizacional composta por Campus EaD em todos os Institutos Federais. O documento foi aprovado no Conif, mas não foi aprovado na Setec, do Ministério da Educação. Entre 2013 e 2015, houve um hiato nas discussões coletivas sobre a institucionalização da EaD, com exceção de debates pontuais relacionados à UAB ou ao sistema e-Tec Brasil. Sob a liderança do diretor Luciano de Oliveira Toledo, em 2016, a Setec reacendeu o debate com a formação de um GT dedicado à institucionalização da EaD, com uma demanda de revisão da matriz orçamentária junto ao Forplan/Conif em 2016.

Contudo, a continuidade das discussões foi abruptamente interrompida devido a uma mudança política significativa no país, que resultou no afastamento da presidente e alterações subsequentes nos cargos de liderança do Ministério da Educação e da Setec. Apesar desse cenário, o trabalho do GT original não foi em vão, pois serviu de base para a formação de um novo GT pelo Fde/Conif, que atuou entre 2016 e 2017, continuando os esforços para aprimorar a EaD no Brasil.

O GT EaD atuante entre 2016 e 2017 objetivou apresentar reflexões e diretrizes para a consolidação da EaD na RFEPCT. O GT, composto por representantes de diversas instituições da rede e coordenado por Ana Alves Neta e Vanessa Battestin em seu primeiro período, elaborou um plano de trabalho, aprovado pelo Conif, e realizou um levantamento sobre a institucionalização da EaD na Rede Federal. A partir desse levantamento, o GT seguiu um rito para a elaboração de cada proposta, que incluía consulta ao Fde e ao Conif, além de trabalhos com outros fóruns, quando necessário. As propostas abordaram temas como carga horária docente, matriz orçamentária, indicadores e estruturação dos núcleos gestores de EaD, discutidas na próxima seção.

Ao longo dos anos, o GT de EaD do Conif tem passado por algumas reconstituições, mas tem representado um movimento significativo para a expansão e o fortalecimento dessa modalidade educacional, com o objetivo principal de desenvolver um conjunto de diretrizes que orientassem a implementação e a consolidação da EaD na RFEPCT.

Entre os anos de 2018 e 2020, alguns trabalhos realizados foram: um novo retrato da

institucionalização da EaD na RFEPCT; análise das legislações de EaD (que haviam sofrido muitas alterações do período); criação dos *e-books* de "Diretrizes para EaD da Rede Federal de EPT", módulos Histórico, Estrutural e Legislações; coletânea de materiais didáticos para enfrentamento à COVID-19 na Rede EPCT (por meio de arquivos em ppt e pdf disponíveis no repositório ProEdu e por vídeos no canal do GT de EaD no *Youtube*); também foi elaborado um *e-book* intitulado "Guia para boas práticas em produção de videopalestras".

Nos anos de 2021 e 2022, o GT de EaD fez novo retrato da Institucionalização da EaD; realizou um trabalho de trilhas formativas e gravações da série "Educação em tempos de pandemia e pós-pandemia", em conjunto com Unirede e Setec; fez um primeiro trabalho relativo a fomento híbrido; trabalhou em proposta de campus EaD e de alteração da portaria 713, a pedido do Conif, e atuou junto à Unirede no planejamento e execução da Mobilidade Acadêmica Virtual Discente.

Entre 2023 até a presente data, o GT fez um novo levantamento do Retrato da Institucionalização da EaD na Rede Federal de EPCT, cujas análises estão em andamento; elaborou o *e-book* "Diretrizes para EaD da Rede Federal de EPT - Módulo ações 2021-2022; fez reuniões e atendeu a demandas oriundas da Setec, como de nova proposta de alteração da portaria 713 e de tipologias e requisitos para mudança de tipologia; continuou a colaboração com a Unirede no desenvolvimento do Programa Mobilidade Acadêmica Virtual Discente, entre outros.

Membros do GT de EaD do Conif têm ainda participado de outros grupos de trabalho no país. No período entre 2016 e 2017, os membros participaram do GT coordenado pela DED/Capes, em que foi gerado o documento "Referenciais para o processo de Institucionalização da EaD no sistema UAB". Em 2018, participou de outro GT coordenado pela Capes, que gerou o relatório que deu base para criação da portaria de regulamentação da EaD nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Ainda, em 2018, participou do GT de Referenciais de Qualidade da EaD, coordenado pela SESU, cujos trabalhos foram interrompidos após mudança de governo.

Os trabalhos realizados pelos GT EaD do Conif e seus materiais elaborados têm servido de base para o avanço do processo de institucionalização da EaD na RFEPCT, o que tem sido evidenciado, por exemplo, pelo aumento significativo nas matrículas em EaD (entre 2017 e 2021 cresceram 213%). Alguns dos principais resultados serão discutidos na próxima seção.

3 RESULTADOS DO GT DE EAD

Os resultados alcançados ao longo dos últimos anos não representam apenas esforços das instituições isoladamente, mas também dos GTs ao longo dos anos, conforme podem ser conferidos:

3.1 Regulamentação e estruturação inicial da EaD na Rede Federal

Em sua primeira atuação, o GT de EaD do Conif, em 2010, elaborou uma proposta de regulamentação da EaD para os Institutos Federais (Conselho [...], 2010). O documento, ainda que incipiente, abordava a estruturação da EaD, regulamentação das atividades docentes e uso de tecnologias, visando a qualidade e a expansão da modalidade. Previa a criação de polos de EaD nos *campi* para integrar cursos da Rede e-Tec e UAB, além de cursos institucionalizados, buscando a inclusão educacional, e incentivava parcerias entre instituições para a oferta de cursos em diferentes locais (Battestin; Zamberlan, 2019b). Essa iniciativa pioneira influenciou positivamente a política educacional brasileira e levou à inclusão de um recurso específico para a modalidade na matriz orçamentária do Conif. A proposta aprovada destinava, aos alunos de EaD, 25% dos recursos financeiros dos alunos presenciais.

Em 2012, o GT elaborou uma nova proposta para fortalecer a EaD (Conselho [...], 2012), criando *campi* EaD e Núcleos de Educação a Distância nos *campi*. A proposta, aprovada pelo Conif, objetivava ampliar o acesso à educação, mas enfrentou obstáculos na Setec devido às implicações financeiras. Apesar de não implementada, detalha objetivos, estrutura, atribuições e recursos, sendo valiosa para a compreensão da EaD no Brasil. (Battestin; Zamberlan, 2019b).

3.2 Regulamentação de atividades docentes em disciplinas a distância

Em 2016, o GT EaD, com representantes de diversas instituições federais de ensino, elaborou uma proposta de regulamentação de atividades docentes em disciplinas a distância, a pedido do Conif, para compor a parte específica referenciada pela Portaria da Setec n. 17, de 2016 (Brasil, 2016). Nela, tem-se a atividade de planejamento e produção de material também no semestre anterior à primeira oferta da disciplina; a figura do tutor é substituída pela atividade de mediação pedagógica, que pode ser exercida pelo mesmo professor ou outro; é proposta uma carga horária para esta atividade, equivalente à carga horária de aula da disciplina e, também, que ela deve ser considerada para computar a carga horária mínima e máxima docente. A proposta cita, ainda, outras funções que podem ser contabilizadas como atividades docentes: *design* educacional, coordenador de polo, coordenador

de TCC, entre outros.

A proposta foi aprovada pelo Fde, pelo Conif e pela Setec, entretanto, seu conteúdo apenas foi incluído posteriormente na Portaria da Setec n. 983, de 18/11/2020 (Brasil, 2020) que, posteriormente, foi revogada pela Portaria MEC n. 750, de 30/07/2024 (Brasil, 2024a), e indica a necessidade de novas diretrizes complementares para a regulamentação das atividades docentes. Dessa forma, torna-se necessária uma nova incorporação das discussões feitas pelo GT EaD que resultem em regulamento próprio das atividades dos docentes na RFEPCT.

3.3 Matriz orçamentária para EaD

Em 2016, o GT EaD desenvolveu uma proposta de matriz orçamentária com o objetivo de distinguir os recursos destinados a cursos financiados externamente dos que dependiam exclusivamente de financiamento próprio, seguindo o trabalho iniciado pelo GT de EaD da Setec do mesmo ano. Para recursos de custeio, foi definido um fator de 0,80 para os alunos de cursos a distância sem fomento em relação ao aluno presencial e 0,25 para alunos de cursos a distância com fomento externo. Além disso, sugeriu-se a inclusão dos Centros de Referência na matriz e a continuidade da contabilização dos alunos da EaD para o recurso de assistência estudantil, com um fator que refletisse a menor demanda em relação aos alunos presenciais (0,25). Quanto à forma de distribuição, foi proposto manter: 10% linear, destinado ao núcleo gestor de EaD e 90% de acordo com o número de alunos, destinado aos *campi* que possuem cursos a distância.

A proposta foi apresentada e discutida no Fórum de Planejamento (Forplan) do Conif e, posteriormente, no próprio Conif, tendo sido aprovada e implementada a partir do ano seguinte. Essa conquista representou um passo importante para a consolidação da EaD na Rede Federal, garantindo que a modalidade tivesse acesso aos recursos necessários para seu desenvolvimento e expansão.

3.4 Estruturação dos núcleos gestores de EaD

A primeira proposta de Estruturação dos núcleos gestores de EaD foi elaborada pelo GT de EaD do Fde/Conif de 2012. Entretanto, ela era apenas baseada na estrutura de campus, não tendo sido aprovada pela Setec. Em 2016, o GT EaD fez uma nova proposta, agora com cinco modelos possíveis, depois reduzido a quatro, que consta no *e-book* módulo Estrutural (Battestin; Zamberlan, 2019b). A proposta foi aprovada pelo Conif e por um GT específico da Setec em 2017. Entretanto, nunca foi

publicada uma portaria sobre o assunto. Nos anos de 2022 e 2023, por meio de solicitações do Conif e da Setec, respectivamente, o GT de EaD rememorou tal proposta, fazendo pequenas atualizações para o cenário vigente. Entretanto, até a presente data, ainda não foi publicada portaria pela Setec.

A proposta apresentada ao Conif, que contempla os quatro modelos com as respectivas quantidades de docentes, técnicos administrativos e cargos, consta na Tabela 1.

Tabela 1 - Modelos de Núcleo Gestor de EaD para RFEPCT

Modelo	Docentes	Técnicos				CD 2	CD 3	CD 4	FG 1	FG 2	FCC
		C	D	E	Total						
Núcleo/diretoria EaD	0	0	3	4	7			1		2	
Centro de Referência EaD	0	0	7	5	12		1		2	2	
Campus EaD 40/44	40	3	24	17	44		1	2	2	2	
Campus EaD 70/68	70	9	37	22	68	1		3	4	8	

Fonte: Adaptado de Battestin *et al.* (2019).

3.5 Modelos e metodologias para EaD

Buscando auxiliar as instituições da Rede Federal a estruturarem seus cursos a distância, especialmente os cursos sem fomento externo, o GT EaD elaborou um documento propondo cinco modelos de metodologias, que poderiam ser utilizados de forma independente, combinados ou adaptados às necessidades de cada instituição. Nos modelos, aprovados pelo Conif em 2017, as metodologias constituem diferentes aspectos como níveis de ensino, equipe, tecnologias, planejamento, mediação pedagógica, atividades presenciais, avaliações e estrutura dos polos de apoio presencial (Battestin; Zamberlan, 2019b). O Quadro 1, de forma sintética, mostra as características principais de cada metodologia, diferenciados nos modelos, que podem ser considerados nas instituições da RFEPCT.

É importante destacar que esses cinco modelos não foram prescritivos, mas constituíram um guia para auxiliar as instituições na estruturação de seus cursos a distância, com flexibilidade para combinar, adaptar ou criar modelos, considerando as especificidades de cada contexto, de forma que

puдesse criar diferentes possibilidades de configuração.

Quadro 1 - Modelos de Metodologias EaD propostos pelo GT EaD

Aspectos	Modelos				
	1	2	3	4	5
Ambiente Virtual de Aprendizagem	Principal ferramenta para realizar atividades; avaliações presenciais e a distância	Principal ferramenta para realizar atividades; avaliações presenciais e a distância	Complementa a transmissão de aulas online (via satélite ou internet)	Principal ferramenta, utilizada como MOOC	Combinado com aulas presenciais
Corpo Docente	Um docente planeja e demais medeiam, inclusive nos polos	Docência coletiva e compartilhada	Docente elabora material e ministra atividades telepresenciais	Quando previsto, realiza mediação pedagógica a distância	Um docente responsável por disciplina
Presença de Polos e seu apoio pedagógico	Presente. Alguns polos são <i>campi</i> da instituição	Não presente. Docentes se deslocam ao polo para apoiar ações.	Presente, com responsabilidade dos parceiros	Não prevista	Não prevista
Parceria nos polos	Institucional	Outras instituições parceiras	Outras instituições parceiras	-	-
Utilizado em:	UAB e e-Tec	Não definido	Não definido	Cursos FIC	Cursos presenciais com componentes em EaD

Fonte: adaptado de Batestin; Zamberlan (2019b).

3.6 Fomento Híbrido

Em 2018, o GT EaD começou a discutir o conceito de Fomento Híbrido, uma estratégia promissora para a sustentabilidade da EaD na Rede Federal, continuada posteriormente pelo GT de 2021. A redução do fomento federal para a EaD, a partir de 2014, impulsionou as instituições da Rede Federal a buscar alternativas para manter a oferta de cursos na modalidade como, por exemplo, estratégias que combinassem recursos de diferentes fontes para financiar a EaD.

Um levantamento realizado em 2022 pelo GT EaD revelou que 14 das 26 instituições da RFEPCT já adotavam ou planejavam adotar o Fomento Híbrido. As perguntas abordaram questões relacionadas à: diversidade de fontes de recursos financeiros; captação de recursos; organização de turmas; registro e otimização de turmas; projetos pedagógicos de cursos; polos EaD. Isso permitiu mapear e conhecer melhor as ações existentes, que poderiam ser utilizadas por outras instituições. Essa estratégia permite a complementação do fomento externo com recursos próprios das instituições, como a Matriz Orçamentária Anual (LOA), e a utilização de pessoal e recursos institucionais para a oferta de cursos por esforço próprio. O trabalho realizado consta em detalhes no *e-book* módulo Ações 2021-2022 (Battestin *et al.*, 2023).

3.7 Produção de materiais para apoio à RFEPCT

Além de conduzir pesquisas e propor diretrizes, o GT EaD tem se dedicado à produção de materiais de apoio (Figura 2) para a implementação e o desenvolvimento da EaD na Rede Federal de EPCT, por meio de *e-books*, vídeos, guias, tutoriais, artigos, relatórios e outros recursos, que se tornaram referência para gestores, professores e técnicos envolvidos com a modalidade (Battestin *et al.*, 2023).

Figura 2 – Capas dos E-books disponíveis no Portal EduCAPES



Fonte: Site do eduCAPES¹.

- **"Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo histórico"**: Apresenta um histórico dos GTs de EaD do Conif e seus principais resultados até 2015, além de panoramas da institucionalização da EaD na RFEPCT em 2016 e 2018.
- **"Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e**

¹ Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Tecnológica: módulo Estrutural²: Aborda importantes propostas elaboradas pelo GT 2016/2017 e aprovadas no Conif, como: diretrizes para o esforço docente, estruturação dos núcleos gestores de EaD, modelos e metodologias e matriz orçamentária para EaD.

- **"Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo de legislação"**: Também elaborada pelo GT 2016/2017, reúne a legislação pertinente à EaD, facilitando o acesso à informação e a compreensão do marco legal da modalidade, especialmente após um período de muitas mudanças legais.
- **"Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo ações 2021 e 2022"**: Trata sobre as ações realizadas pelo GT nos anos de 2021 e 2022 em especial das ações frente ao período pandêmico.
- **Guia para boas práticas em produção de videopalestras**: Elaborado para auxiliar os professores na produção de videoaulas de qualidade, o guia aborda aspectos como planejamento, roteiro, gravação, edição e acessibilidade.

Durante a pandemia, o GT EaD criou um canal no *YouTube* (Figura 3), com vídeos sobre diversos temas relacionados à EaD, como produção de videoaulas, planejamento de cursos on-line, ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona, acessibilidade e inclusão. O canal se tornou um espaço importante para a troca de experiências e a formação continuada em EaD.

Figura 3 – Imagem do Canal do *Youtube* do GT de EaD do Conif



Fonte: Canal do GT EaD no *YouTube*².

² Disponível em: www.youtube.com/@grupodetrabalhoemeadconiff7024. Acesso em: 15 jul. 2024.

O GT também participou da curadoria de cursos on-line abertos e massivos (*Massive Open Online Course* - MOOC) para a Plataforma Digital de Formação Continuada (PlaforEDU), que oferece trilhas formativas para o desenvolvimento de competências digitais, utilizando o *framework* DigCompEdu.

3.8 Trilhas formativas - PlaforEDU - em parceria com Setec e UniRede

O Grupo de Trabalho (GT) de EaD do Fde/Conif desempenhou um papel fundamental na elaboração e implementação de trilhas formativas para docentes e técnicos administrativos em educação (TAEs) na PlaforEDU, lançada em abril de 2022 pela Setec/MEC. Os especialistas do GT, em colaboração com a UniRede, desenvolveram itinerários formativos baseados no *framework* DigCompEdu, utilizado em políticas públicas em países como Espanha e Portugal, visa o desenvolvimento das competências digitais dos profissionais da educação.

A qualidade dos cursos selecionados para a fase de lançamento da PlaforEDU foi assegurada por um rigoroso processo de avaliação, baseado no padrão internacional SCORE2020, realizado pelos especialistas do GT EaD. Essa avaliação garante que os cursos oferecidos na plataforma atendam aos critérios de qualidade e relevância para o desenvolvimento profissional dos servidores da RFEPCT.

3.9 Mobilidade Acadêmica Virtual Discente – Plataforma UniRede

A mobilidade virtual discente é uma ferramenta importante para superar desafios como a retenção de alunos por falta de oferta de disciplinas, o compartilhamento de vagas ociosas em turmas com poucos estudantes e a oferta emergencial de componentes curriculares para os quais a instituição não possui docentes. Além disso, a mobilidade virtual enriquece a experiência dos estudantes, permitindo o contato com diferentes realidades e perspectivas. Assim, o GT em parceria com a UniRede, procurou ampliar a oportunidade de formação ao permitir que disciplinas em outras instituições pudessem ser cursadas de forma virtual, enriquecendo sua experiência acadêmica e promovendo a integração entre as unidades da rede.

4 DISCUTINDO O RETRATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA RFEPCT

O GT de EaD do Fde/Conif realizou pela primeira vez, em 2016, um levantamento com o objetivo de identificar um retrato da institucionalização da EaD nas instituições da Rede Federal de

EPT. Em 2018 foi realizado um segundo levantamento, seguido dos levantamentos de 2021 e 2023, sendo este o mais recente.

Para realizar os levantamentos, foram organizados formulários on-line para a coleta de dados. Cada gestor da EaD recebeu o *link* para o formulário por e-mail, grupo de *WhatsApp* ou pelo contato dos seus respectivos reitores e pró-reitores de ensino. A partir do levantamento de 2023, os dados relativos aos quantitativos de estudantes e cursos EaD, antes presentes nos formulários, passaram a ser extraídos diretamente dos metadados da PNP, base de dados do MEC sobre a RFEPCT.

Para reunir informações sobre o processo de institucionalização da EaD na RFEPCT, foram feitas perguntas relativas à infraestrutura física, à gestão dos recursos humanos e financeiros, aos aspectos metodológicos aplicados na modalidade a distância. No levantamento de 2021 procurou identificar se as práticas desenvolvidas pela Rede em relação à EaD ajudaram a enfrentar os desafios observados nas aulas remotas durante a pandemia. O retorno das instituições ao questionário, principalmente nos últimos levantamentos, culminou em 100%, (Tabela 2) e que, de acordo com Gil (2017), é um indicador que corresponde ao próprio universo de elementos, ou seja, à realidade que pretende desvelar. Após a coleta, uma equipe do GT de EaD realizou a sumarização, por meio da estatística descritiva, para os dados numéricos e análise qualitativa dos dados de texto.

Tabela 2 - Participação das Instituições da Rede Federal de EPT nos levantamentos do retrato da institucionalização

Participantes	2016	2018	2021	2023
Institutos Federais	38	36	38	39
CEFETs	0	0	2	2
Colégio Pedro II	0	1	1	1
Escolas Técnicas Vinculadas*	0	0	2	0
Total de Respondentes	38	37	43	42
Percentual de retorno	93	90	100	100

*participação opcional

Fonte: Battestin *et al.* (2018); Neto *et al.* (2023).

Os resultados do levantamento, que nas subseções seguintes são agrupados sob forma de categorias, procuram reunir pontos considerados chave para a compreensão do panorama da EaD na Rede Federal de EPCT.

4.1 Estrutura Organizacional

Identificar como a EaD se estrutura nas instituições é importante para compreender sua autonomia e abrangência. A seguir, alguns indicadores mostram como as estruturas se expandiram ou retraíram ao longo dos levantamentos.

a) Tipo da estrutura da unidade que gerencia as ações da EaD: este item é chave para compreender como as instituições estruturam seus núcleos responsáveis pela gestão da política para a modalidade EaD. Em 2016, a estrutura do tipo Diretoria respondia pela organização da EaD em 52,6% das instituições respondentes, seguida da estrutura do tipo Coordenação (18,4%). Já em 2022, a estrutura Diretoria reduz sua participação para 37%, seguida pelo aumento dos Centros de Referência EaD (38%). Em 2023, o levantamento aponta um equilíbrio entre essas estruturas nas instituições, sendo que a Diretoria está presente em 35,71% das instituições, com um discreto aumento da estrutura Coordenação (19,04%), e que pode ter determinado um recuo da presença dos Centros de Referência nas unidades (30,95%). É importante ressaltar que estruturas do tipo Centro de Referência são mais autônomas que Diretorias e Coordenações. Unidades do tipo Campus e Campus Avançado representam a maior autonomia na estrutura organizacional das Instituições, no entanto, sua presença recuou fortemente devido às mudanças na legislação referente à organização dos Institutos Federais;

b) Localização, na estrutura organizacional, da unidade EaD: representa um impacto na autonomia da gestão da EaD nas instituições a sua localização na estrutura organizacional, ou seja, a quem a gestão da EaD está subordinada. Em 2016, a gestão da EaD estava subordinada à Pró-Reitoria de Ensino em 60,5% das instituições, seguido pela subordinação hierárquica à Reitoria (36,8%). Esses números se mantiveram próximos em 2021, com as unidades gestoras da EaD se vinculavam à Pró-reitoria de Ensino em 53,8% e à Reitoria em 34,8%. Porém, em 2023, o levantamento apontou que o vínculo das unidades EaD junto à Pró-Reitoria de Ensino aumentou para 61,9%, enquanto a subordinação à Reitoria teve uma discreta redução (33,3%);

c) Estrutura física da unidade EaD: para a institucionalização da EaD, ter uma estrutura física própria da unidade gestora da modalidade representa tanto autonomia quanto prestígio interno às

ações desenvolvidas. Em 2016, cerca de 5,3% das Unidades Gestoras EaD possuíam sede própria, índice que melhorou em 2023, chegando a 9,5%. No entanto, entre 2016 e 2021, houve um crescimento de 7% na quantidade de instituições que possuíam sua unidade EaD nas mesmas instalações da Reitoria, ao ponto de, em 2021, 55% dos respondentes afirmarem que compartilhavam o local da unidade com a Reitoria. No levantamento de 2023, esse indicador aumentou: 59,5% das instituições respondentes afirmaram que compartilham a estrutura física da unidade gestora EaD com a Reitoria, seguida do compartilhamento com um *campus* (9,5%);

d) Quantidade de *campi* que possuem estrutura de apoio à EaD: o fortalecimento dos *campi* nas ações da EaD representa um importante indicador de institucionalização da modalidade na RFEPT. Em 2021, apenas 2% das instituições respondentes afirmaram que possuíam estrutura de apoio a EaD em mais de 20 *campi*. Já em 2023, esse indicador passou a 6%. No entanto, é crescente o número de *campi* que não possuem nenhuma estrutura de apoio a EaD. Em 2016 representava 2,6%, foi a 16% no ano de 2021 e, em 2023, está em 19%. Esses dados mostram que levar a EaD para os *campi* das instituições constitui um desafio a ser enfrentado, principalmente quando há a perspectiva de aumento do número dos *campi* devido às políticas de expansão da rede.

4.2 Ofertas de cursos EaD

Os indicadores seguintes procuram mostrar como os cursos EaD fazem parte da realidade de suas instituições, e como disciplinas a distância avançam em projetos de cursos presenciais. Com isto, o retrato estabelece quanto cresce a aceitação da modalidade a distância na RFEPT.

a) Quantidade de cursos a distância por tipo e nível ofertados pelas instituições: Entre 2016 e 2021, o percentual de instituições que ofertavam de 1 a 5 cursos de graduação a distância subiu de cerca de 15% para 22%. Da mesma forma, instituições que ofertaram de 1 a 5 cursos de pós-graduação lato sensu EaD subiram de 16%, em 2016, para 24% em 2021. Esse avanço no número de cursos a distância ofertados pelas instituições reflete diretamente na quantidade de estudantes matriculados na modalidade.

b) Quantidade de cursos presenciais que possuem disciplinas a distância: por ocasião da pandemia da COVID-19 e seu impacto nas atividades presenciais nas instituições, o levantamento de 2021 quis determinar quantas instituições já implementavam disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais. Os dados coletados mostram que 47% das instituições possuíam até 10% dos

seus cursos presenciais com disciplinas EaD. No entanto, 35% das instituições não possuíam cursos presenciais com disciplinas a distância. Esse importante indicador de institucionalização da EaD, que demonstra a aceitação da modalidade nos cursos presenciais, deverá ser acompanhado nos próximos levantamentos com bastante atenção.

4.3 Política de pessoal para apoio à EaD

Para apoiar o fortalecimento da modalidade a distância nas instituições da RFEPCCT é essencial investir na formação de equipes especializadas no atendimento de suas ações. Desta forma, a política de pessoal, representada nos indicadores seguintes, também representa valorização e investimento na profissionalização da EaD.

a) Distribuição dos recursos humanos e profissionais do quadro efetivo que atuam na EaD: a quantidade de servidores efetivos (entre técnicos e professores), estagiários e bolsistas dedicados ao apoio às ações da EaD variou bastante ao longo dos levantamentos realizados. Nos dois últimos levantamentos (2021 e 2023), o número de instituições que possuíam até 2 servidores administrativos dedicados à EaD nos *campi* passou de 1 instituição para 8. Em relação aos professores efetivos, as instituições informaram que não possuíam ao menos dois professores efetivos apoiando a EaD nos *campi* em 2021, quantitativo que chegou a 13 instituições em 2023, ou seja, no último levantamento, 30,9% delas informaram que seus *campi* já contam com ao menos dois professores efetivos atuando na EaD. No entanto, os últimos levantamentos apontam que ainda é considerável o número de instituições que não contam com estagiários e bolsistas apoiando as ações EaD em seus quadros, tanto nos *campi* quanto na Unidade Gestora.

b) Quantidade de funções destinadas à unidade gestora da EaD: Quanto mais funções a unidade gestora da modalidade a distância possui, maior sua capacidade de gerenciamento das diferentes responsabilidades (representadas pelos níveis de Cargo de Direção – CD ou de Função Gratificada – FG) e maior a autonomia. No levantamento de 2021, 18 instituições afirmaram ter CD-3 destinadas à unidade gestora EaD. Em 2023, esse quantitativo foi a 23. Apenas uma instituição informou que, desde o levantamento de 2016, possui uma CD-2 à disposição da gestão EaD. Em 2021, 7 instituições informaram que possuem ao menos 1 FG-1 à sua disposição para a EaD, enquanto em 2023, esse quantitativo passou a 11. De forma geral, é grande a quantidade de instituições que informaram não possuir nenhuma das rubricas do tipo CD ou FG dedicadas à gestão da EaD.

4.4 Modelos e/ou metodologias para oferta de cursos EaD institucionalizados

Os próximos indicadores procuram mostrar o quanto a EaD mobilizou as instituições ao ponto de gerar documentos regulatórios específicos. Da mesma forma, ver a EaD inserida na pesquisa e extensão indica avanços importantes para sua consolidação no ensino superior.

a) Documentos que contemplam a EaD nas instituições: à medida em que mais instituições apontassem que a EaD já se encontrava prevista em seus regulamentos, estatutos e planos, maior o alcance da institucionalização da modalidade na rede EPT. Nos levantamentos realizados nos anos de 2021 e 2023 há uma estabilidade: em ambos os levantamentos, cerca de 20% das instituições respondentes afirmaram que a EaD já constava em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para o documento da Organização Didática, o percentual de instituições que afirmaram que a EaD já está prevista em suas normas acadêmicas ficou em torno de 14% nos mesmos períodos. Em um cenário pós-pandemia da COVID-19, aumentou o percentual de instituições que afirmaram ter resoluções que preveem o uso de disciplinas a distância em cursos presenciais: em 2021, o percentual de instituições era de 10,10% e em 2023, esse valor subiu para 14%.

b) Pesquisa e extensão na EaD: O percentual de instituições que afirmaram que seus estudantes EaD participam de projetos de pesquisa aumentou de 15%, em 2021, para 27% em 2023. No entanto, nesses mesmos levantamentos, ainda se mantém acima de 20% o número de instituições que afirmaram não ter ações de pesquisa em seus cursos EaD. Para a extensão, também se observa discreta melhora. O percentual de instituições que afirmou que desenvolve projetos de extensão em seus cursos a distância subiu de 14%, em 2021, para 17% em 2023. Mesmo com a curricularização da extensão implantada, o percentual de instituições que afirmaram que não possuem ações de extensão em seus cursos EaD permaneceu em cerca de 19%.

Por meio dessa pesquisa foi possível observar a evolução da institucionalização da EaD da RFEPECT, identificar avanços bem como áreas que ainda demandam bastante atenção para seu adequado aprimoramento. É importante citar: a) o crescimento significativo da EaD, com aumento de seus cursos, de disciplinas a distância em cursos presenciais e a crescente presença da EaD nos documentos institucionais; b) os desafios na estruturação dos núcleos gestores da EaD, ponto crítico que impacta diretamente na capacidade de gestão, planejamento e acompanhamento da modalidade nas instituições; c) a importância da formação de professores, pois a falta de conhecimento sobre metodologias, ferramentas e tecnologias específicas para a EaD se mostrou um obstáculo à qualidade

da oferta; d) a resistência à EaD entre professores, gestores e até mesmo alunos, aliada à forte cultura do ensino presencial são fatores de preconceito e desinformação sobre os avanços da modalidade a distância no Brasil e fora dele; e) o impacto da pandemia, evidenciada no levantamento de 2021, e que demonstrou que as instituições em avançado processo de institucionalização da EaD conseguiram se adaptar mais facilmente ao ensino remoto. Além disso, a pandemia também impulsionou a oferta de cursos on-line e a busca por formação em tecnologias digitais. Desta forma, os trabalhos do GT EaD do Conif têm sido apontados como importantes para o avanço da EaD nas instituições RFEPCT, contribuindo para uma EaD de qualidade, acessível e inclusiva (NETO *et al.*, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EaD operacionalizada pela RFEPCT consolidou-se como uma modalidade estratégica para democratizar o acesso à educação. Este artigo revela que a EaD deixou de ser apenas uma promessa para se tornar uma realidade na educação brasileira, impulsionada por iniciativas federais como a UAB e a Rede e-Tec Brasil. Tal importância pode explicar o papel dos GTs de EaD organizados pelo Conif, para a consolidação das políticas direcionadas à modalidade.

No contexto atual, a regulamentação da EaD deve ser construída de forma colaborativa e baseada em evidências, com a participação ativa de todos os atores envolvidos. Este esforço coletivo é necessário para enfrentar os desafios normativos bem como para a evolução contínua da qualidade educacional, como formação adequada de professores, intensificação da pesquisa e extensão na modalidade a distância para ampliar a participação do estudante no desenvolvimento de projetos que respondam às peculiaridades dessa modalidade.

A transformação digital global, impulsionada pelas tecnologias emergentes como a Inteligência Artificial (IA), colocou a EaD em posição de destaque na democratização do acesso ao conhecimento. A RFEPCT enfrenta o desafio de liderar na construção de um sistema educacional que seja inovador e alinhado às demandas contemporâneas do mundo do trabalho. Contudo, há obstáculos a serem superados, como a norma que exige que 50% da carga horária em cursos de licenciatura a distância seja presencial, um possível entrave à expansão da EaD.

Novas frentes de atuação se apresentam como necessárias para a consolidação da EaD na RFEPCT, das quais se destacam: a) a continuidade das discussões sobre a matriz orçamentária, bem como novos formatos de fomento externo para a EaD, para garantir sua manutenção e expansão; b) o

fortalecimento da mobilidade acadêmica discente e implantação da mobilidade docente, em parceria com a UniRede; c) a definição de indicadores específicos para a EaD; d) a regulamentação da assistência estudantil para o aluno da modalidade a distância; e) a manutenção do canal de diálogo proposto pelo GT EaD para atender às demandas do Fde e do Conif, e f) a elaboração de um Retrato dos Polos de Apoio Presencial da UAB, em conjunto com a UniRede.

Por fim, é desejável que haja continuidade dos trabalhos do GT de EaD do Fde/Conif, em colaboração com o governo e as instituições da RFEPCT, de forma a garantir a evolução da EaD no Brasil, tornando-a uma modalidade de ensino de alta qualidade, acessível e integrada ao sistema educacional brasileiro.

6 REFERÊNCIAS

BATTESTIN, Vanessa; ARANTES, Denio Rebello; SANTOS, Simone Costa Andrade dos; ZAMBERLAN, Miguel Fabricio. Retrato da Institucionalização da EaD na Rede Federal. In: XV Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância – ESUD; IV Congresso Internacional de Educação Superior a Distância. UFRN. 12. ed. Natal: SEDIS-UFRN, 2018. **Anais...** ISSN 2237-5996. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1g3gVe1VQ5mrpxu5HpZeuaJC_tsH6TvS5/view?usp=sharing . Acesso em: 20 nov. 2024.

BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: módulo histórico. Vitória: Edifes, 2019a. ISBN: 978-85-8263-465-3. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1653>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: módulo Estrutural. Vitória: Edifes, 2019b. ISBN: 978-85-8263-481-3. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1654>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BATTESTIN, Vanessa; CRUZ NETO, Constantino Dias; LA GATTA, Felipe Andrade; SILVA, Claudete de Jesus Ferreira. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: módulo Ações 2021-2022. Vitória: Edifes, 2023. ISBN: 978-85-8263-742-5. Disponível em: <bit.ly/Acoes21-22>. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília: Diário Oficial da União de 09 de jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Sistema e-Tec Brasil. Brasília:

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*



Diário Oficial da União de 27 de out. 2011. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [2014]. Disponível em
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Portaria n. 17, de 11 de maio de 2016**. Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica, [2016]. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Portaria n. 983, de 18 de novembro de 2020**. Estabelece diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2020]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-983-de-18-de-novembro-de-2020-289277573>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Portaria n. 750, de 30 de julho de 2024**. Revoga a Portaria MEC n.º 983, de 18 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2024a]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-750-de-30-de-julho-de-2024-575659991>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. [2024b] Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Proposta de Regulamentação da EaD nos Institutos Federais**. Brasília, 14 mai. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/GTConif2010>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Proposta de Institucionalização da Educação a Distância nos Institutos Federais**. São Paulo, 7 nov. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/GTConif2012>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NETO, Constantino Dias da Cruz; BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício; DAMASCENDO, Marcio Daniel Santos; LA GATTA, Filipe Andrade. Retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação profissional tecnológica - 2021. **Dialogia**, [S. l.], n. 44, p. e24000, 2023. DOI: 10.5585/44.2023.24000. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/24000>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

